

TRANSPARÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PARINTINS NO BIÊNIO DE 2016 A 2017

Augusto Florivaldo Batista Pereira¹

E-mail augusto.florivaldo@gmail.com

Kleber de Brito Souza. ²

E-mail Kleber.britto@ifam.edu.br

RESUMO

Este trabalho, cujo tema Transparência na aplicação dos recursos da Saúde Pública no Município de Parintins no biênio de 2016 a 2017. Objetiva, Demonstrar como a Secretaria Municipal de Saúde de Parintins disponibiliza no Portal da Transparência as ações, gastos e receitas arrecadadas nesse período, bem como levantar dados no Portal da Transparência se a Secretaria Municipal de Saúde disponibiliza para a população esses dados; identificar o registro das atividades realizadas em relação a sua divulgação periódica no Portal da Transferência e propor ações de melhoria na utilização do Portal da Transparência. Utilizou-se: a Técnica Qualitativa; a Estratégia Estudo de Caso e o Método de Procedimento Questionário Estruturado. O universo foram 05 funcionários da saúde do Município. Constatou-se que a Secretaria Municipal de Saúde realiza mensalmente a publicação no Portal da Transparência o qual disponibiliza um site para acesso ao público de todas as atividades relacionadas a aplicação de gastos, ações e serviços desta secretaria. Identificou-se que é necessário a participação da população nas assembleias de prestações de contas e audiências públicas na Câmara Municipal sobre a aplicação dos recursos destinados à saúde e sugere que a mídia local realizasse mensalmente a divulgação dos atos da administração pública para melhor informar a população da aplicação da verba destinada a saúde no município.

Palavras-Chave: Gestão Pública; Transparência; Recursos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema Transparência na aplicação dos recursos da saúde pública no Município de Parintins no biênio de 2016 a 2017. A ideia de transparência na gestão pública é fruto da disseminação na sociedade da chamada cultura do acesso, que prega a necessidade de agentes públicos se conscientizarem de que toda

¹ Pós-graduando do Curso de Gestão Pública. Graduado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Amazonas CESP-UEA.

² Professor do Instituto Federal do Amazonas. Mestre em Gestão Estratégica de Marketing.

informação pública é de prioridade do cidadão, cabendo o estado disponibilizá-la, a Lei da Transparência por sua vez, também representa uma grande vitória da população no controle dos atos da administração pública, ela determina que os governos federais, estaduais e municipais tenham que divulgar despesas e receitas de entidades públicas. (sisgov.com transparência-na-gestao-publica).

O sistema de saúde do município de Parintins tem como órgão gestor a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, habilitado na Gestão Plena do Sistema Único de Saúde de acordo com a NOB 96/SUS, ano de 2004.

Seguindo a legislação da saúde vigente, especialmente as Leis Federais nº 8.080/90 e nº 8.142/90, bem como a Lei Municipal nº 479 de 08 de setembro de 2010, a existência de um Conselho Municipal de Saúde que é a garantia da participação da comunidade na organização, gestão, fiscalização e controle do sistema Único de Saúde – SUS.

De acordo com o art. 2º da Lei 479/10 o Conselho Municipal de Parintins – CMS/PIN possui funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e de formulação estratégica, atuando no comportamento, controle e avaliação da Política Municipal de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiro.

Atualmente, ouve-se nos meios de comunicação notícias sobre uso indevido da aplicação dos recursos direcionados à área da saúde pública e superfaturamento dos mesmos em todo o território nacional. Contudo, todo e qualquer cidadão pode acompanhar os gastos e receitas arrecadadas através do Portal da Transparência. Dessa forma, a sociedade civil tem como fiscalizar o uso desses recursos públicos em todas as esferas governamentais. Diante desse argumento questiona-se: Como está sendo realizado a transparência do uso dos recursos públicos no município de Parintins?

Nas diversas transformações que ocorrem no campo da saúde pública, surgem informações a respeito das políticas públicas direcionada a esse setor e que precisam de um estudo e acompanhamento por parte de seus usuários e da sociedade em geral. Dessa forma, urge a necessidade da temática Transparência na Gestão Pública. Toda esfera de governo tem por obrigação informar para a população as receitas arrecadadas através dos impostos, bem como os gastos realizados nos programas de governos.

Considerando esse pressuposto, esta temática é relevante tanto para o curso Gestão Pública, cujos acadêmicos terão conhecimentos para atuarem em suas posteriores atividades, bem como para a sociedade civil que pode acompanhar o uso dos recursos públicos. Desta forma, uma nova concepção de políticas públicas de saúde tem sido pensada a partir do princípio de descentralização, fazendo com que as políticas de saúde possam ser administradas democraticamente, com a participação da sociedade civil organizada, afetando as relações do poder público e a distribuição de responsabilidades entre o Estado e a sociedade.

Diante desse contexto, ressalta-se a importância da transparência na gestão pública como um mecanismo de interação entre a sociedade e o governo, no que se refere às informações das ações públicas e prestação de contas dos chefes dos poderes. Os resultados desse estudo visa contribuir para que a sociedade possa desempenhar o controle social, ajudando na efetivação de uma gestão mais eficaz e eficiente.

1 GESTÃO PÚBLICA

Gestão pública, designa um campo de conhecimento e de trabalho relacionados às organizações cuja missão seja de interesse público ou afete este, abrange áreas como recursos humanos, finanças públicas, políticas públicas entre outros.

Dentre os princípios e diretrizes do SUS, como aquele que estabelece a universalidade de acesso aos serviços de saúde, a integralidade da assistência (ação e prevenção, individual e coletivo), merece destaque, para fins de receita, financiamentos e planejamento das políticas de saúde, as diretrizes da descentralização e da participação social (Art. 198, da Constituição Federal).

O planejamento das ações, ou seja, a gestão das políticas de saúde é realizada pela Administração Pública, e se dá por meio dos órgãos de saúde nas três esferas de governo, com destaque para o Ministério da Saúde (no âmbito Federal) e as Secretarias de Saúde (Estadual e Municipal).

O SUS constituiu a maior política de inclusão social da história de nosso país. Antes do SUS havia um Tratado das Tordesilhas da Saúde que separava quem portava a carteirinha do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) e que tinha acesso a uma assistência curativa razoável das grandes majorias que eram atendidas por uma medicina simplificada na atenção primária à saúde e como indigentes na gestão hospitalar.

O SUS incorporou, imediatamente, mais de cinquenta milhões de brasileiros como portadores de direitos à saúde e faz desaparecer, definitivamente a figura odiosa do indigente sanitário (2013, p. 28).

Todos os cidadãos brasileiros deveriam ter acesso às ações e serviços de saúde necessários para a resolução de seus problemas, no entanto, o que se observa, diariamente nos serviços de saúde é que ainda existem restrições e barreiras importantes para esse acesso, como falta de profissionais suficientes para atender a demanda, sobretudo, os especialistas das diversas áreas.

Outros fatores, são os relacionados quantos aos exames laboratoriais, exames de ultrassonografia, RX e os mais específicos e complexos, como a ressonância magnética, a tomografia e outros exames, que somente estão disponíveis nos grandes centros urbanos.

Outras ações e serviços são planejados e programados de acordo com as necessidades de saúde da população e com as condições de saúde da realidade de cada contexto das diversas localidades brasileiras.

2 TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

É consubstanciada na divulgação periódicas de relatórios na realização de audiências públicas regulares e na prestação de contas dos chefes dos poderes. Constitui-se ao mesmo tempo em requisito fundamental para a boa governança e em elo entre Estado

e sociedade Civil, pois aumenta o nível de acesso de cidadão às informações sobre a gestão pública (Culau; Fortis, 2006).

Segundo Souza et al (2009, p. 12), a transparência nos atos da Administração Pública tem como designo impedir ações impróprias e eventuais, como o uso indevido dos bens públicos, por parte dos governantes e administradores. Alargando o acesso dos cidadãos às informações públicas em todas as esferas, a fim da edificação de um país mais democrático, onde todos os seguimentos da sociedade possam desempenhar com êxito o controle social, ajudando na efetivação de uma gestão mais eficaz e eficiente.

A prestação de contas também são realizadas através do SIOPS (Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde), que disponibiliza através da internet dados contábeis e de indicadores de saúde do respectivo ente federado.

O banco de dados do SIOPS é alimentado pelos estados, Distrito Federal e municípios, por meio do preenchimento de formulário em software desenvolvido pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS), com o objetivo de apurar as receitas totais e as despesas em ações e serviços públicos de saúde [...] As informações prestadas são provenientes do setor responsável pela contabilidade do ente federado.

Tais informações são inseridas e transmitidas eletronicamente para o banco de dados do sistema, através da internet, gerando indicadores de forma automática [...] O SIOPS faculta aos Conselhos de Saúde e à sociedade em geral a transparência e a visibilidade sobre a aplicação dos recursos públicos.

Constitui importante instrumento para a gestão pública em saúde, pois a partir das informações sobre recursos alocados no setor, têm-se subsídios para a discussão sobre o financiamento do SUS (SIOPS, 2016).

Segundo o Portal da Transparência do SUS, do município de Parintins, o Controle Social é a garantia constitucional de que a população, através de suas entidades representativas, participará do processo de formulação das políticas de saúde e do controle de sua execução, em todos os níveis, desde o federal até o local.

Essa participação deve se dar nos conselhos de saúde, como representação paritária de usuários, governo, profissionais de saúde, e prestadores de serviço.

Outra forma de participação são as conferências de saúde, periódicas, para definir prioridades e linhas de ação sobre a saúde” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1990, p. 05-06). Transcorridos várias décadas desde a promulgação da Constituição cabe então algumas indagações propostas por Patrícia Lucchese (2002, p. 04) no âmbito das políticas públicas de saúde e consolidação do SUS:

Abordagem Metodológica

A pesquisa foi desenvolvida na Secretaria de Vigilância em Saúde e em um hospital do Município de Parintins, com o propósito de analisar a compreensão dos usuários acerca da transparência dos recursos da gestão pública. Os sujeitos foram 5 funcionários da saúde do município de Parintins, sendo que uma delas trabalha na Secretaria de Vigilância em Saúde. Utilizou-se a técnica qualitativa que, conforme Tozini-Reis (2009, p.10), “[...] defende a ideia de que, na produção de conhecimento sobre os fenômenos

humanos e sociais, interessa muito mais compreender e interpretar seus conteúdos que descrevê-los”.

Nessa perspectiva, buscou-se interpretar o entendimento dos sujeitos da pesquisa, a partir de suas visões sobre o tema proposto. Pois, como é sabido, na pesquisa qualitativa o estudo é dinâmico e o raciocínio, dialético, podendo o pesquisador interagir com os sujeitos da pesquisa.

Para tanto, a estratégia utilizada foi o estudo de caso, que para Creswell (2007, p. 32), acontece quando “[...] o pesquisador explora em profundidade um programa, um fato, uma atividade, um processo ou uma ou mais pessoas”. O método de procedimento consistiu em um questionário estruturado que de acordo com Bastos (1999, p. 92), é importante, “[...], desde que contribua para com o processo de coleta de dados e venha ao encontro dos objetivos da pesquisa em questão”.

Fazenda (et al. 1993, p. 33), adverte que conceituar uma temática, é um trabalho complexo, uma vez que envolve equívocos e possibilidades respectivamente. Desse universo de 5 funcionários da saúde, somente 03 questionários foram devolvidos.

Inicialmente procurou-se conhecer o perfil dos professores sujeitos da pesquisa, através do questionamento descrito no quadro abaixo.

Quadro 1: Perfil dos funcionários da saúde.

Número de ordem	Questões
1^a	Quantos anos de profissão você possui?
2^a	Qual sua escolaridade?
3^a	Que função você exerce nessa unidade?

Fonte: Elaboração do pesquisador

Em seguida, explorou-se suas compreensões sobre a temática Transparência na aplicação dos recursos da saúde pública no Município de Parintins por meio das questões descritas no quadro 2.

Quadro 2: Compreensão dos funcionários da saúde.

Número de ordem	Questões
1^a	Como é realizada a aplicação dos recursos da secretaria Municipal de Saúde, receitas e despesas?
2^a	A Secretaria Municipal de Saúde, publica ou disponibiliza no Portal da Transparência as ações, gastos e serviços destinado ao público?
3^a	Na sua opinião o que se pode fazer para melhorar as publicações no Portal da Transparência para a Secretaria Municipal de Saúde?

Fonte: Elaboração do pesquisador

Perfil dos funcionários da saúde colaboradores do estudo

Os 03 (três) funcionários que responderam ao questionário, trabalham há mais de 10 anos na área da saúde. 01 (um) possui somente o Ensino Médio, 01 (um) possui nível superior (Biologia), e 01 (um) tem mestrado. Os 03 (três) são técnicos em

enfermagem. 02 (dois) assumem tal função e 01 (um) é assume a função de Gerente da Vigilância em Saúde do Município de Parintins.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considera-se esta etapa relevante pelo fato de que, conforme Creswell (2007 p.194), consiste em preparar e extrair o sentido dos dados obtidos para analisá-los. Nesse sentido, analisou-se as compreensões funcionários da saúde sobre o tema Transparência na aplicação dos recursos da saúde pública no Município de Parintins no biênio 2016 a 2017, os quais, doravante serão denominados de: F1, F2 e F3.

O resultado do estudo, sobre o questionamento de como é realizada a aplicação dos recursos da secretaria Municipal de Saúde, receitas e despesas, somente um respondeu:

A Portaria nº 204/2007 organiza a transferência de recursos Fundo a Fundo em 6 blocos de financiamento: Atenção Básica, Vigilância em Saúde, Média e Alta Complexidade, Assistência Farmacêutica, Gestão do SUS e Investimentos”. [...] os recursos federais que compõe cada bloco são transferidos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, fundo a fundo, em conta única específica para cada bloco de financiamento. Diz ainda que: “Atualmente, as receitas são transferidas em dois blocos macros: Custeio; compostos de 5 blocos de financiamento, Atenção Básica, Vigilância em Saúde, Média e Alta Complexidade, Assistência Farmacêutica e Gestão do SUS; Investimentos. (P3)

De acordo com a pesquisa, custeio, é um método utilizado para apuração e apropriação de custos ao produto, ou seja, a ferramenta que auxilia a contabilidade de custos na geração de informações que servirão de suporte às tomadas de decisões dos gestores. Dessa forma, é realizado o custeio no município de Parintins.

Segundo o F3, Estas informações podem ser visualizadas no site: www.saude.gov.br/fns. Afirma que: *“Quanto às as Despesas referentes aos recursos federais transferidos do SUS devem ser executadas segundo exigências legais (LC 101/2000-lei de Responsabilidade Fiscal, (LC 141/2012) requeridas a qualquer outra despesa da administração pública, mantendo a respectiva documentação administrativa e fiscal por período mínimo legal exigido”*.

Continua afirmando que:

As despesas podem ser fixas e variáveis. Despesas fixas: Folha de Pessoal, aluguel, água, luz, etc. Despesas Variáveis: prestadores de serviços que podem de natureza física ou jurídica. De acordo com as exigências legais para a utilização das receitas é necessário a efetivação de Processo Licitatório para aquisição de equipamentos, insumos e demais despesas. Quando o valor das despesas for igual ou abaixo de R\$ 17.600,00 (Dezessete mil e seiscentos reais) ocorre a pesquisa em 3 possíveis fornecedores verificando o melhor valor ocorrendo assim a compra direta de determinado insumo, não precisando do PL. (F3)

Ao serem interrogados sobre se a Secretaria Municipal de Saúde, publica ou disponibiliza no Portal da Transparência as ações, gastos e serviços destinado ao público, o F1 respondeu que ouviu dizer que sim, mas não tem certeza. O F2 tem certeza que sim, mas não sabe dizer como é feito. É pertinente a resposta do F3 quando diz que:

Todas as ações, gastos e serviços são publicados mensalmente pela Controladoria do município no Portal da Transparência, que foi lançada pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União em 2004, o Portal da Transparência do Governo Federal é um site de acesso livre (www.portaldatransparencia.gov.br), no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados sobre à gestão pública do Brasil. Desde a criação, a ferramenta ganhou novos recursos, aumentou a oferta de dados ano após ano e consolidou-se como importante instrumento de controle social. Outra forma disponibilizada é através da publicação das ações, gastos e serviços no Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS) realizada pela Secretaria de Administração e Finanças do município.

Conforme pesquisou-se, o Portal da Transparência é um site de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público está sendo utilizado além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Brasil. Sendo assim, qualquer pessoa que quiser tirar dúvidas sobre os gastos públicos pode recorrer ao mesmo. No entanto, nem todos tem o interesse de saber o que se faz com as verbas públicas e em que estão sendo aplicadas.

Quanto ao SIOPS, é um sistema disponibilizado pela internet que tem por objetivo apurar as receitas totais e os gastos em ações e serviços públicos de saúde. Portanto, é um instrumento de Planejamento, gestão e controle social do Sistema Único de Saúde (SUS).

Por último, procurou-se investigar o que se pode fazer para melhorar as publicações no Portal da Transparência para a Secretaria Municipal de Saúde. O F1 não soube responder. O F2 falou que precisa de mais informação para a população a respeito desse assunto, pois muita gente desconhece esse trabalho. O F3 respondeu que:

Acredita-se que a participação popular (controle social) se faça efetivamente nas audiências públicas, nas apresentações de Prestação de Contas dos Recursos Aplicados na Saúde na Câmara municipal de Parintins, assim como, nas Prestações de Contas no Conselho Municipal de Saúde, visto que a grande maioria da população não tem acesso ao Portal e aos serviços de internet e demais tecnologias. E, verifica-se ainda, que apesar das pessoas possuírem acesso a internet via celular, os mesmos não acessam essas ferramentas de controle social. Uma sugestão seria a

divulgação mensal em meios de comunicação local para que a população tivesse acesso e conhecimento da aplicabilidade dos recursos da saúde no município.

Observa-se que o que falta realmente, é mais informação para a população em geral, que é um direito de todos, terem conhecimentos acerca de como é aplicado as verbas públicas por meio do controle social que conforme pesquisa, é a integração da sociedade com a administração pública com a finalidade de solucionar problemas e as deficiências sociais com mais eficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada, evidenciou-se nas respostas dos funcionários da saúde colaboradores suas compreensões acerca da Transparência na aplicação dos recursos da saúde pública no Município de Parintins no biênio de 2016 a 2017. Verificou-se que todos os entrevistados possuem algum conhecimento sobre o tema, mas apenas um, deu respostas pertinente.

De acordo com a pesquisa, existe uma organização na aplicação dos recursos financeiros provindos da esfera federal que são destinados a diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde para serem efetuadas as ações e serviços em prol da população obedecendo os princípios legais da Constituição Federal.

Conforme o que se observou, a Secretaria Municipal de Saúde realiza mensalmente a publicação no Portal da Transparência o qual disponibiliza um site para acesso ao público de todas as atividades relacionadas a aplicação de gastos, ações e serviços desta secretaria.

Segundo constatou-se, é necessário a participação da população nas assembleias de prestações de contas e audiências públicas na Câmara Municipal sobre a aplicação dos recursos destinados à saúde e sugere-se que a mídia local realizasse mensalmente a divulgação dos atos da administração pública para melhor informar a população da aplicação da verba destinada a saúde no município.

Conclui-se que, não há interesse por parte dos usuários e indivíduos mesmo sendo funcionários públicos na área da saúde e outras atividades diversas, porém, a gestão pública tem interesse de informar à população sobre as ações e serviços prestado à coletividade publicando seus atos administrativos em redes sociais bem como no Portal da Transparência para avaliação da comunidade sobre a aplicação dos recursos destinados a Secretaria Municipal de Saúde do município de Parintins.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Rogério Lustosa. **Ciências Humanas e Complexidades: projetos, métodos e técnicas de pesquisa; o caos, a nova ciência**. Juiz de Fora: EDUFJF; Londrina CEFIL, 1999. 128 p.

CHAGAS, Andréa Moreira. **Micropolítica do Trabalho na Estratégia de Saúde da Família: Uma Aposta na Indissociabilidade entre Clínica e Gestão**. Disponível em: <<http://mm.sabedoriapolitica.com.br/products/gestao-das-politicas-da-saude-receitas-financiaentos-e-planejamento/>>: Acesso: 12/11/18.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.: il. ; 23cm.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Manoel Henrique. **O que é Gestão Pública e Administração Pública**. Disponível em: <<http://gestaopublica.net/blog/o-que-e-gesta-publica/>> Acesso: 12/11/18

MEDEIROS, Alexsandro M. **Sabedoria Política**. Conselho Municipal de Saúde de Parintins/Am. Disponível em: <<http://m.sabedoria.com.br/news/conselho-municipal-de-saude-de-parintins-am/>> Acesso: 11/11/18.

TOZINI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. 2.ed – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. 136p.